

Conferência



PROPOSTAS PARA UMA METODOLOGIA DA HISTÓRIA*

João Bernardo**

joaobernardo_jb@msn.com

RESUMO: O presente texto-conferência foi preparado para o II Simpósio Internacional de História da Universidade Federal de Goiás e sintetiza, no seu propósito básico, uma série de enunciados programáticos suscitados pelo conjunto de investigações e reflexões historiográficas que desenvolvo há mais de três décadas.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia, sincronia, diacronia, estrutura.

Estas oito teses resultam de uma reflexão de historiador sobre o próprio trabalho. Não se trata de expor a receita que segui para fazer história, mas de refletir sobre a forma como a fiz.

1. A matéria-prima do historiador é feita de fatos. Todavia, o caos suscitado pela totalidade dos fatos corresponde a uma não-visão. Nem tudo o que sucede é um fato histórico. Não existe história, assim como não existe nenhuma atividade material nem intelectual, sem seleção. Para transformar aquele caos em visão, o historiador deve proceder a uma dupla operação: seleção dos fatos pertinentes e classificação dos fatos selecionados.

* Conferência realizada no II Simpósio Internacional de História da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, no dia 4 de outubro de 2005.

** Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Teórico marxista português, nascido em 1946, na cidade do Porto. Foi expulso de todas as universidades portuguesas por causa de sua oposição política ao regime fascista salazarista; manteve-se exilado, em Paris, de 1968 a 1974, quando retornou a Portugal e organizou o principal coletivo marxista autogestionário – Combate – nas lutas políticas anticapitalistas, por ocasião da Revolução dos Cravos (1974-1978). É autor de vasta obra teórica e historiográfica, publicada em Portugal, Espanha, França e Brasil, dentre as quais destaca-se *Labirintos do Fascismo: na Encruzilhada da Ordem e da Revolta* (Porto: Afrontamento, 2003). Radicou-se no Brasil em 1984 e desde essa data, como professor convidado, tem ministrado inúmeros cursos em programas de pós-graduação, nas áreas de Educação, Ciência Política, Administração de Empresas, Economia e História, em instituições como FGV/SP, USP, Unicamp, PUC/SP, Unesp, UFMG, UFG, entre outras.

Essa dupla operação se realiza em função das relações que o historiador estabelece entre os fatos. A história não trata de fatos, mas de relações entre fatos.

A partir do momento em que algo – quer esse algo seja simples, quer seja complexo – for estabelecido como um fato, isto significa que, por si só, ele deixa de ser historicamente significativo. Só adquire dimensão histórica, se entrar em relação com outros fatos.

A história não é uma escultura, mas um tecido. A história consiste numa relação de relações. Isto significa que a história trata de contradições. Falar de relação – e de relação entre relações – é falar de contradições.

2. O problema da história é o problema do tempo das ações humanas. Na sincronia, o tempo está suspenso sob a forma de contradições. Na diacronia, as contradições realizam-se como tal e, por isso, o tempo se sucede.

Existe uma multiplicidade de tempos simultâneos. Não se trata só de articular longas e curtas durações, mas igualmente de sobrepor a parte do que está em extinção à parte do que está em formação.

Em história, o presente não existe, é uma ilusão do observador. Só existe o passado, que se arrasta, e o futuro, que desponta. Talvez seja nesse aspecto que a historiografia marxista mais se oponha à noção existencialista da pessoa histórica, em que prevalece o presente.

Existem vários passados – o passado vencedor e os restos dos passados derrotados – e vários futuros possíveis, uma infinidade de futuros contidos dentro dos limites estritos do possível.

O historiador deve operar simultaneamente com dois pontos de vista: *a posteriori*, para estabelecer os nexos causais; e *a priori*, para compreender que o que ele, historiador, concebe como necessidade era visto como um acaso pelos coevos. O ponto de vista *a posteriori* representa o posicionamento do historiador no futuro em relação a um tempo passado. O ponto de vista *a priori* representa o posicionamento dos agentes da história no passado em relação ao futuro de onde o historiador os observa.

3. O caráter internamente contraditório do material com que lidam os historiadores e a multiplicidade dos tempos simultâneos conferem à história a forma de uma estrutura. A estrutura é a forma assumida pela relação de relações e define-se pela reciprocidade dialética dos elementos.

Como relação contraditória entre contradições, a história remete para a contradição estruturante de todas as outras, a contradição entre os que têm e os que não têm, os que podem e os que não podem, os que são e os que não são.

A história é a história de uma luta entre os que procuram a preservação e os que procuram a mudança entre os passados que se arrastam e os futuros possíveis.

A estrutura é hierarquizada. Todos os níveis da análise histórica devem remeter a um modo de produção, ou pressupô-lo. Em última análise, a história só deve ser socioeconômica. Mas essa afirmação exige que se repense a própria concepção de economia como relacionamento social.

4. Toda a história que não seja uma estrutura hierarquizada é meramente descritiva. Frequentemente os historiadores julgam que, por descreverem o que sucedeu, estão explicando nexos de causalidade. Isto se verifica especialmente na história da cultura, que constitui hoje a modalidade histórica predominante.

A concepção vigente na história da cultura consiste num enunciado de futilidades. A história da cultura, tal como é geralmente praticada hoje, não se dedica à história dos costumes, porque os costumes remetem a uma infra-estrutura determinante, mas faz com que a superficialidade dos costumes oculte os mecanismos da história.

Aliás, o que está em voga não é tanto uma história da cultura, o que implicaria uma noção orgânica ou estrutural de cultura, mas a história de um ou outro detalhe da cultura. Nessa perspectiva, os personagens históricos são concebidos como atores, e a sua atividade como meramente simbólica. Trata-se de uma versão intelectual da revista *Caras*.

Além disso, por imposição das fontes disponíveis acerca da vida cotidiana, que na sua esmagadora maioria se referem às classes dominantes, esse tipo de história dos costumes aborda frequentemente uma só *maneira de*. Com isso, ilude-se a questão da existência, em cada sociedade, de várias *maneiras de* contraditórias ou até antagônicas. Ainda aqui se trata de uma desestruturação do material da história.

5. Para definir as conseqüências de uma dada causa e evitar tomar como específicos os aspectos que são comuns a outras situações, toda a história deve ser comparativa. Mesmo que não o seja explicitamente, a história deve ser comparativa no método de pesquisa. Hoje, a história comparativa foi substituída por um mosaico de histórias particularizadas.

A atual relutância em abordar a história consoante uma orientação comparativa tem como finalidade reforçar o aspecto descritivo e impedir qualquer explicação dos nexos causais. Trata-se de mais um fator de desestruturação dos materiais históricos.

6. Não adoto o caso típico nem o modelo ideal weberiano, mas um quadro de possibilidades delimitado por variantes. Trata-se de uma aplicação do conceito de estrutura.

A parte descritiva da história deve ter como função única o estabelecimento do quadro de possibilidades. Para que a descrição constitua um enunciado de variantes, é necessário que se origine de uma norma geral. O estabelecimento *a priori* da norma geral corresponde à colocação de uma hipótese científica. O ajustamento da norma geral, conforme forem progredindo as descrições, corresponde à comprovação experimental da hipótese científica.

Se for bem delineado, o quadro de possibilidades inclui não só tudo o que sucedeu, mas tudo o que podia ter sucedido. (Comparar com o conceito leibniziano de contingência, em que a quantidade de possíveis é superior à quantidade de existentes. Para Leibniz, as coisas possíveis têm uma “pretensão à existência”. O possível, mesmo sem existência, é já uma “realidade”). Esse quadro permite o papel da imaginação em história. Imaginação distingue-se de invenção.

7. Os conceitos históricos têm um caráter duplamente operacional. Eles destinam-se a reanalisar o passado à luz do futuro desejado e, simultaneamente, a tornar mais eficaz a ação que aproxima esse futuro. O historiador não é tributário de uma visão do passado, mas de um desejo do futuro. Os conceitos históricos são uma maneira de interpretar o passado e de moldar o futuro. Isto não deve implicar qualquer anacronismo.

Quanto ao passado, não se trata de assimilá-lo ao presente, mas, pelo contrário, de mostrar a sua diferença em relação às tendências que tornam o presente num futuro.

Quanto ao futuro, não se trata de concebê-lo como uma projeção do presente, mas, pelo contrário, de projetar nele as tensões dinâmicas em que detectamos a ruptura com o passado.

A finalidade da história nunca é o conhecimento por assimilação, mas sempre por contraste. Em história, a objetividade não consiste em não ter pressupostos. O caráter operacional dos conceitos históricos dão a entender que eles não podem deixar de ter pressupostos e implicações.

A objetividade em história consiste em indicar claramente os pressupostos e as implicações. Por isso devemos considerar como objeto da história a própria historiografia em que nos inserimos.

8. A história só poderá ser científica quando conseguir explicar o que não aconteceu e por que não aconteceu.

PROPOSALS FOR A METHODOLOGY OF HISTORY

ABSTRACT: These are the main themes of a lecture at the Second International Historical Symposium of the Universidade Federal de Goiás, Brazil. The programme I propose here results from an ensemble of historical investigations and reflections that I have been pursuing for more than thirty years.

KEY WORDS: methodology, synchronization, diachronization, structure.